

Página 13

■ Nº 136 ■ OUTUBRO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO



Que outubro seja vermelho!

Mas para isto será preciso derrotar a “santa aliança” entre cavernícolas, coxinhas, pigs, tubarões e gringos em geral...

- **Reforma política: escolhendo caminhos** Página 3
- **Eleições 2014: as nossas candidaturas** Páginas 6 a 9
- **Foro de SP realiza seu XX Encontro na Bolívia** Páginas 10 e 11



Demarcar o campo de classe

Página 13 de outubro deve chegar aos leitores antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014. Este editorial está sendo escrito no dia 25 de setembro.

Os dados disponíveis nesta data indicam que a disputa presidencial será resolvida no segundo turno. E que este segundo turno será disputado entre a presidenta Dilma Rousseff e a candidata Marina Silva, com o apoio do PSDB de Aécio Neves.

Evidentemente, não se deve descartar a hipótese da eleição no primeiro turno, nem que Aécio vá ao segundo turno. Mas o fundamental, em qualquer caso, é que estamos diante de uma disputa duríssima, em que o “programa mínimo” da oposição é derrotar o PT.

Para derrotar este “programa”, precisamos politizar, polarizar, mobilizar, ter disposição para vencer e não subestimar os inimigos.

É preciso lembrar que a disputa não é apenas contra Marina Silva e/ou Aécio Neves. Disputamos contra uma “coalizão do mal”, integrada pelo conservadorismo de direita, pelo oligopólio da mídia, pelo grande capital e por potências internacionais que pretendem desintegrar a América Latina e os Brics.

Trata-se de uma disputa política, com p maiúsculo: um conflito entre dois grandes blocos sociais, entre diferentes caminhos de desenvolvimento para o Brasil.

A eleição de 2014 é parecida e ao mesmo tempo diferente das anteriores. Como em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010, há dois projetos em disputa. Mas a correlação de forças entre as grandes classes sociais brasileiras é distinta, em cada um destes momentos e hoje.



Do ponto de vista das classes sociais, o que há de novo em 2014? Por um lado, cresceu no grande empresariado capitalista e nos setores médios, a disposição de derrotar o PT. Por outro lado, cresceu o número de trabalhadores que estão em dúvida sobre seu voto.

Frente a esta situação, a campanha Dilma e o PT devem adotar uma tática muito clara: priorizar a conquista dos votos da nossa base social, especialmente os votos da juventude trabalhadora. Os objetivos de disputar os setores médios e neutralizar setores do grande empresariado devem estar presentes, mas nosso foco está em ganhar a maioria do povo e do eleitorado, que é trabalhadora.

Devemos continuar fazendo o que começamos logo depois de 13 de agosto: mostrar quais interesses estão por trás da oposição, lembrar como era o país até 2002, falar das mudanças que fizemos a partir de 2003, mas acima de tudo deixar claro o que faremos a partir de 2015, com destaque para os seguintes temas:

- a) a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva seguida de uma consulta oficial à população, para que esta referende ou não as decisões da Constituinte;
- b) a Lei da Mídia Democrática;

c) a Política Nacional de Participação Social;

d) negociar a aplicação da agenda reivindicada pela Central Única dos Trabalhadores, onde se destacam o fim do fator previdenciário e a implantação da jornada de 40 horas sem redução de salários;

e) implementar as reformas estruturais, como a já citada reforma política, a reforma tributária, as reformas agrária e urbana;

f) maior oferta e maior qualidade dos serviços oferecidos ao povo brasileiro, especialmente na educação, no transporte, na segurança e na saúde, com repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública;

g) ampliar a importância e os recursos destinados às áreas da comunicação, da educação, da cultura e do esporte;

h) defesa dos direitos das mulheres, criminalizar a homofobia, valorizar os movimentos sociais, rever a Lei da Anistia de 1979 e punir os torturadores;

i) reforma das polícias e a urgente desmilitarização das Polícias Militares;

i) manter total soberania sobre as riquezas nacionais “entre as quais o Pré-Sal” e controle democrático sobre as instituições que administram a economia brasileira — entre as quais o Banco Central.

Podemos vencer as eleições de 2014 de diversas maneiras. Mas só há uma maneira de ganhar criando as condições para um segundo mandato superior. E esta maneira é demarcando o campo de classe.

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Unidade popular pela reforma política

Bruno Elias*

A participação de milhões de pessoas no plebiscito popular da Constituinte projeta novos desafios para a luta pela reforma política no Brasil. A campanha, organizada por mais de 450 movimentos sociais, partidos de esquerda, entidades nacionais e quase dois mil comitês em todo o país, já é a maior articulação do campo democrático popular desde 2002.

A unidade na diversidade que marcou o plebiscito Constituinte aponta para a necessária rearticulação das forças populares em âmbito nacional e nos estados, renovando os esforços realizados desde a criação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), em 2003.

Outro elemento significativo do plebiscito Constituinte foi a centralidade do movimento sindical cutista, do movimento popular e de juventude na sua construção, quando comparado com o plebiscito da ALCA, que contou na época com forte presença da institucionalidade da Igreja.

Para dar continuidade a esta luta, os próximos passos serão decisivos. Consolidada a apuração dos votos das urnas físicas – a votação da internet ultrapassou a marca de 1,8 milhão de pessoas – realizaremos uma grande plenária nacional em Brasília, entre os dias 13 a 15 de outubro, para a entrega dos resultados da votação à presidenta da República, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal.

Ao mesmo tempo, uma batalha crucial pelas mudanças do sistema político está em curso com as eleições gerais de 2014: a reeleição de Dilma para um segundo mandato superior é fundamental para criarmos as condições de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento marcado por reformas democráticas e populares, como a reforma do sistema político.

As eleições gerais deste ano têm confirmado de maneira explícita a necessidade de uma ampla reforma política.

A dependência do financiamento empresarial, por exemplo, é marcante. Levan-

Mais do que nunca, torna-se vital “mudar as regras do jogo” da política e enfrentar nas ruas e nas urnas as candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves, que representam o projeto de poder do capital financeiro, dos setores conservadores e da grande mídia sobre nossa economia e sistema político

tamento divulgado nos últimos dias pelo jornal *O Estado de S. Paulo* indicou que até o dia 6 de setembro foram declarados mais de R\$ 1 bilhão em doações de campanha de pessoas jurídicas e físicas para as candidaturas à presidente, governador, senador e deputados. Metade dessas doações estaria concentrada em dezenove grandes empresas. Vale observar que tomando apenas o limite de gastos de campanha previsto pelas candidaturas à presidência, podemos chegar ao montante de R\$ 916 milhões.

De igual modo, o quadro geral de fragmentação partidária tende a se acentuar na próxima legislatura. Estudo do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) indica que 28 partidos terão representação na Câmara e 18 no Senado, apontando para um Congresso Nacional pulverizado e reforçando o quadro de fragilidade programática dos partidos, as alianças de ocasião e a sub-representação dos setores populares.

Mais do que nunca, torna-se vital “mudar as regras do jogo” da política e enfrentar nas ruas e nas urnas as candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves, que representam o projeto de poder do capital financeiro, dos setores conservadores e da grande mídia sobre nossa economia e sistema político.

Estas candidaturas e os setores da sociedade que lhes dão sustentação têm defendido abertamente bandeiras antipopulares: a autonomia do Banco Central; a revisão do modelo de exploração do Pré-Sal e do papel da Petrobras; a redução do papel dos bancos públicos; uma política externa subalterna; a retirada de direitos trabalhistas por meio da “atualização” da CLT e das terceirizações; a redução da idade penal, entre outros retrocessos.

No tema da reforma política, as propostas das candidaturas de oposição tam-

bém são nitidamente regressivas. Apenas Dilma tem defendido um processo de consulta à população sobre a reforma política e o financiamento público de campanha. No programa da candidata petista, um plebiscito oficial seria convocado para a definição das principais mudanças no sistema político.

Marina Silva, por sua vez, mesmo travestida do discurso da “nova política”, tem defendido uma reforma limitada e conservadora. Assim como Aécio, destacou em sua proposta a unificação do calendário das eleições, o fim da reeleição e mandato de cinco anos. Além desses pontos, o candidato tucano ainda incluiu no seu programa outras medidas de caráter regressivo, como o voto distrital misto e a cláusula de barreira.

Portanto, para avançarmos na realização de uma reforma política popular, devemos atacar em todas as frentes possíveis: derrotar as candidaturas da direita, incidir na formulação das perguntas que constarão na proposta de plebiscito defendido pela presidenta Dilma, impulsionar o projeto de decreto legislativo com a mesma pergunta do plebiscito popular (“Você concorda com a convocação de uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político?”) e fortalecer os projetos de lei de iniciativa popular que tratam da Constituinte e do financiamento público exclusivo de campanha, a exemplo do projeto elaborado pelo Partido dos Trabalhadores.★



*Bruno Elias é secretário nacional de movimentos populares do PT

Plebiscito Constituinte: vitória do povo!

Rodrigo César*

Com o apoio de cerca de 450 entidades, movimentos e partidos, o engajamento de aproximadamente 100 mil militantes, ativistas e voluntários, a criação de quase dois mil comitês populares, a instalação de cerca de 40 mil urnas em todo o país e aproximadamente 8 milhões de votantes, o Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político demonstrou que existe forte aceitação popular à proposta de realizar mudanças no sistema político por meio de uma Assembleia Constituinte.

Logo após o período de votação, portanto, antes de contabilizado o resultado final, já havia um sentimento geral de que o Plebiscito cumpriu seus objetivos principais: ampliar a organização, a mobilização e a consciência política popular em favor de mudanças mais profundas no país e pressionar o Congresso Nacional a convocar um plebiscito oficial que contenha a pergunta do plebiscito popular: “Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político?”

Se a pressão dará resultado, depende dos próximos passos da campanha. Mas para pensar o que fazer daqui em diante, devemos nos perguntar: a que se deve esta vitória?

O principal mérito foi a própria definição da pauta de reivindicação: a Constituinte do sistema político. A insatisfação popular em relação à política em sentido genérico encontrou na proposta de Constituinte uma saída por que: 1) sugere uma mudança do sistema político; 2) indica que essa mudança deve ser profunda, alterando a Constituição; e 3) é uma alternativa concreta ao boicote da maioria dos parlamentares à construção de um novo sistema político.

Neste sentido, há uma divergência profunda entre o Plebiscito Constituinte e as iniciativas que remetem a mudança do sistema político ao Congresso Nacional, como a campanha da Coalizão pela Reforma Po-



O Plebiscito cumpriu seus objetivos principais: ampliar a organização, a mobilização e a consciência política popular em favor de mudanças mais profundas no país e pressionar o Congresso a convocar um plebiscito oficial

lítica Democrática e Eleições Limpas, impulsionada por diversas organizações, entre elas a CNBB e a OAB, entidades contrárias à Constituinte exclusiva.

Ainda assim, foi importante que as campanhas do Plebiscito e da Coalização tenham chegado ao entendimento de que as iniciativas poderiam caminhar separadas e golpear junto e definido o período de 1º a 7 de setembro como a Semana Nacional de Luta pela Reforma Política Democrática. Nela, todas as iniciativas em favor da mudança do sistema político intensificariam suas atividades, inclusive a coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular do PT.

Notoriamente, a mobilização do Plebiscito superou em muito a das demais iniciativas. Certamente, a adesão da Igreja católica, representada pela CNBB, significaria um grande reforço na mobilização da votação, mas nada que justificasse uma avaliação de que o sucesso do Plebiscito praticamente dependia do envolvimento eclesial. Sem dúvida, a maior colaboração e a convergência entre as campanhas contribuiu para a ampliação da coleta de votos. Mas o essencial foi o enjamento do movimento sindical, do movimento popular, da juventude e de partidos de esquerda.

O fato do Plebiscito ter sido o principal beneficiário desta aproximação evidencia que a forma “plebiscito popular” alcança maior capilaridade, organização e incidência política em comparação à forma “abaixo assinado”, requerida para a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Afinal, a frente política que se aglutinou em torno do Plebiscito – cuja amplitude só se compara à do Plebiscito da ALCA, em 2002 – se expressou concretamente nos quase dois mil comitês formados em todo o país, impedindo que a campanha se limitasse às direções das organizações e entidades, e ganhando enraizamento e maior capacidade de diálogo com a parcela não organizada da classe trabalhadora e setores populares.

Se antes havia certa dúvida entre alguns ativistas se seriam positivos ou negativos os efeitos do calendário eleitoral sobre o Plebiscito, a grande mobilização da votação contribuiu para dissipá-la. O momento eleitoral contribuiu para que a população estivesse mais receptiva às propostas de mudança do sistema político e o envolvimento das candidaturas compromissadas com a Constituinte durante os dias de votação deu mais visibilidade à campanha.

Ademais, todo o trabalho de comunicação, com destaque para a atuação nas redes e a assessoria de imprensa, contribuiu sobremaneira para o resultado quantitativo e qualitativo. Furando o cerco dos monopólios midiáticos, o apoio da imprensa progressista e dos ativistas nas redes foi decisivo para que a campanha se alastrasse, sobretudo onde os comitês não foram constituídos. Neste sentido, foi um grande acerto a decisão de viabilizar a votação online, permitindo um maior número de votantes e o envolvimento de pessoas que de outro modo não seriam alcançadas.

Entre as organizações que constroem o Plebiscito, o PT foi a primeira que se pronunciou pela Constituinte do sistema político, aprovando resolução a respeito em seu III Congresso (2007). Equivocadamente, parte da militância e dos dirigentes manteve reservas em relação ao Plebiscito. Deve-se compreender que para romper o cerco contrário à Constituinte será preciso o envolvimento de todos os petistas. Bom exemplo deram os integrantes do Diretório Nacional, bem como nossas candidaturas proporcionais e majoritárias em todo o país, que como Lula fizeram questão de votar. ★

*Rodrigo Cesar é militante do PT

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker
Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1
Em nome de: Rubens Alves da Silva

Candidaturas petistas e socialistas



O calendário eleitoral já se incorporou de tal maneira a nossa vida, que muitas vezes esquecemos os motivos de fundo pelos quais lançamos candidaturas e por qual motivo queremos ter mandatos.

É importante lembrar quais são as tarefas gerais, os objetivos específicos e os compromissos das nossas campanhas. Nossas tarefas gerais são:

- Contribuir na reeleição da presidenta Dilma Rousseff.
- Contribuir na eleição das candidaturas majoritárias (governadores, vice-governadores e senadores).
- Contribuir na eleição de uma grande bancada petista na Câmara Federal
- Defender as posições do Partido dos Trabalhadores.

Além destas tarefas gerais, as nossas candidaturas têm objetivos específicos e compromissos que derivam do fato de estarem

alinhas com posições da esquerda petista. Os objetivos ou tarefas específicas são:

- Constituir-se num instrumento para difusão das ideias e propostas vinculadas ao projeto democrático-popular e socialista que defendemos para o Brasil.
- Apresentar nossa visão sobre os temas ideológicos, programáticos, estratégicos e táticos em debate, especialmente os vinculados às reformas estruturais, como as reformas política, tributária, agrária e urbana, democratização da comunicação, universalização das políticas públicas de saúde e educação e controle do capital financeiro e das transnacionais.
- Estabelecer um canal de diálogo com a classe trabalhadora, especialmente com a juventude trabalhadora e com as mulheres trabalhadoras.

Se tivermos sucesso, fortaleceremos nossas ideias na sociedade, o PT e especialmente a esquerda petista. Também afirma-

remos nossas candidatas e candidatos e as candidaturas que apoiamos como quadros públicos da esquerda brasileira, inclusive com vistas a novas disputas eleitorais ou de ocupação de espaços na direção partidária.

E, se tivermos muito sucesso, temos muita confiança nisto, elegeremos as nossas candidatas e os nossos candidatos para garantir a continuidade ao trabalho que realizamos nas campanhas.

Para nós, eleições servem para fortalecer a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e acumular forças na superação do modelo capitalista e construção do socialismo.

Nossas campanhas dependem, principalmente, da militância de trabalhadores, jovens, mulheres e do conjunto da sociedade que nos apoia e acredita em nossas propostas e ideias.

Conheça as candidaturas que a Articulação de Esquerda apoia para Câmara Federal e Assembleias Legislativas nestas eleições.



Ana Affonso



Ana Lídia



Ana Lúcia



Ana Rita



Iriny Lopes



Maria Félix



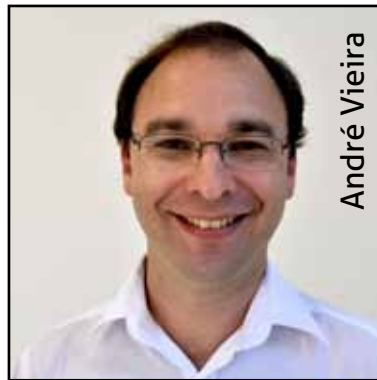
Regina Barata



Reginete Bispo



Anastácio Peralta



André Vieira



Bernardo Fonseca



Cavalcanti



Cícero Magalhães



Deodato Ramalho



Dionilso Marcon



Edegar Pretto



Flávio Batista



Gilberto da Paixão



Iran Barbosa



Luiz Spotorno



Nelson Spolaor



Nivaldo Batista



Pedro Kemp



Raul Cardoso



Rogério Correia



Valmir Alves



Wadlih Damous



Wanderson Pimenta

CANDIDATURAS DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Nome do Candidato	Cargo	Número	Estado
Almir Bruno	Federal	1310	MA
Ana Afonso	Estadual	13813	RS
Ana Lúcia de Oliveira Aguiar	Federal	1303	SP
Ana Lúcia Vieira Menezes	Estadual	13900	SE
Ana Rita Esgário	Estadual	13456	ES
Anastácio Peralta	Federal	1333	MS
André Vieira	Federal	1303	PR
Bernardo Fonseca	Estadual	13013	RN
Branquinho do Araras	Estadual	13000	TO
Cícero Magalhães Oliveira	Estadual	13567	PI
Chunda	Estadual	13007	TO
Cláudio Puty	Federal	1310	PA
Deodato Ramalho	Federal	1321	CE
Dionilso Mateus Marcon	Federal	1355	RS
Flavio Batista	Estadual	13680	GO
Gilberto da Paixão Fonseca	Federal	1300	PI
Guilherme Sampaio	Estadual	13234	CE
Iriny Lopes	Federal	1333	ES
João Edegar Pretto	Estadual	13655	RS
José da Silva Cavalcanti	Estadual	13144	PE
José Iran Barbosa Filho	Federal	1390	SE
Luiz Francisco Spotorno	Estadual	13132	RS
Maria Félix	Federal	1314	MS
Freitas do PT	Federal	1313	TO
Nelson Spolaor	Estadual	13000	RS
Nivaldo Batista Marques	Estadual	13777	MS
Padre Pedro Baldissera	Estadual	13987	SC
Paulo Mourão	Estadual	13413	TO
Pedro Kemp	Estadual	13613	MS
Raimundo Fonseca	Estadual	13013	MA
Raul Cardoso	Distrital	13613	DF
Regina Barata	Estadual	13611	PA
Reginete Bispo	Estadual	13477	RS
Rogério Correia	Estadual	13123	MG
Romeno Barros da Silva	Federal	1366	MA
Ubirajara Machado Teixeira	Estadual	13285	RS
Valmir Alves	Federal	1313	RN
Wadih Damous	Federal	1322	RJ
Wanderson Pimenta	Estadual	13132	BA

CANDIDATURAS MAJORITÁRIAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



GOVERNADOR(A)

ACRE	TIÃO VIANA
BAHIA	RUI COSTA
CEARÁ	CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
DISTRITO FEDERAL	AGNELO QUEIROZ
ESPÍRITO SANTO	ROBERTO CARLOS
GOIÁS	ANTÔNIO GOMIDE
MINAS GERAIS	FERNANDO PIMENTEL
MATO GROSSO DO SUL	DELCÍDIO AMARAL
MATO GROSSO	LÚDIO CABRAL
PIAUÍ	WELLINGTON DIAS
PARANÁ	GLEISI HOFFMANN
RIO DE JANEIRO	LINDBERG FARIAS
RONDÔNIA	PADRE TON
RORAIMA	ANGELA PORTELA
RIO GRANDE DO SUL	TARSO GENRO
SANTA CATARINA	CLAUDIO VIGNATTI
SÃO PAULO	ALEXANDRE PADILHA

SENADOR(A)

AMAZONAS	PRACIANO
AMAPÁ	DORA NASCIMENTO
DISTRITO FEDERAL	GERALDO MAGELA
ESPÍRITO SANTO	JOAO COSER
GOIÁS	MARINA SANT'ANNA
MATO GROSSO DO SUL	RICARDO AYACHE
PARÁ	PAULO ROCHA
PARAÍBA	LUCELIO CARTAXO
PERNAMBUCO	JOÃO PAULO
RIO GRANDE DO NORTE	FÁTIMA BEZERRA
RIO GRANDE DO SUL	OLÍVIO DUTRA
SANTA CATARINA	MILTON MENDES
SERGIPE	ROGÉRIO
SÃO PAULO	EDUARDO SUPPLY



A compra destes livros
pode ser feita na
www.pagina13.org.br

Página **PT** 13

XX Encontro do Foro de São Paulo

Iole Iliada*

Na última semana de agosto, ocorreu em La Paz, na Bolívia, o XX Encontro do Foro de São Paulo, que reuniu mais uma vez os principais partidos políticos da esquerda latino-americana e caribenha, muitos deles hoje à frente dos governos de seus países. Sob o lema “*Derrotar la pobreza y la contraofensiva imperialista, conquistar el Vivir Bien, el Desarrollo y la Integración en Nuestra América*”, cerca de 400 representantes internacionais e 800 bolivianos, provenientes de mais de 90 organizações, participaram de cinco dias de debates, intercâmbios de informações, reuniões e da aprovação de resoluções políticas, sendo a mais importante a Declaração Final, que pode ser lida em <http://www.pagina13.org.br/foro-de-sao-paulo/xx-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-declaracion-final/>.

O evento foi amplamente coberto pela mídia local, da estatal aos veículos portavoices da direita. Além disso, graças ao trabalho realizado por uma equipe de jovens da Bolívia, Cuba e Venezuela, também pôde ser acompanhado por uma plataforma virtual, que segundo os dados fornecidos pelos organizadores resultou, ao longo do Encontro, em mais de 15 milhões de retuites provenientes de todo o mundo, sendo que 980 pessoas fizeram contribuições usando a hashtag #forodesaopaulo – o que evidencia a importância política do Foro.

A programação do Encontro iniciou-se com a III Escola de Formação do FSP, nos dias 25 e 26 de agosto, com a participação de cerca de 200 cursistas, com grande destaque para a presença de jovens bolivianos e de outras nacionalidades.

No dia 27 de agosto, ganhou destaque na imprensa local o IV Seminário de Balanço dos Governos Progressistas e de Esquerda, organizado sob a coordenação das fundações brasileiras Perseu Abramo, do PT, e Mauricio Grabois, do PCdoB. Os representantes das fundações dividiram a



O vice-presidente boliviano Álvaro García Linera inaugura o XX Foro de São Paulo em La Paz

mesa de abertura com o vice-ministro de Coordenação com os Movimentos Populares da Bolívia, Alfredo Rada e com a secretária executiva do FSP, Mônica Valente. Contando com a participação de importantes quadros dos partidos membros do Foro, o debate centrou-se na análise da atual configuração geopolítica mundial e de seus impactos sobre o projeto de integração latino-americana e caribenha.

Neste seminário, como em vários momentos do encontro, chamou atenção a convergência das análises quanto à avaliação do momento político e dos desafios a serem enfrentados. Para além do balanço bastante positivo das mudanças que a esquerda foi capaz de impulsionar na última década na região, que segue presente nos discursos, há a firme constatação de que essas são importantes, mas insuficientes. É preciso agora transformar estruturalmente as sociedades latino americanas e caribenhas, o que não é tarefa fácil, considerando o contexto de crise econômica e política internacional e de contraofensiva das forças de direita e imperialistas. Por tal razão, as intervenções dos representantes dos distintos partidos apontam cada vez mais para uma preocupação com a formulação de propostas concretas que permitam avançar tanto nos projetos

nacionais quanto no processo de integração – processo este visto como uma necessidade estratégica, sem a qual dificilmente este avanço será possível.

Um exemplo dessa análise política pôde ser observado no discurso inaugural de Álvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia, um dos pontos altos do encontro. Nele, após ressaltar todas as conquistas dos governos de esquerda nos âmbitos econômicos, sociais e políticos, Linera apontou para aquelas as quais considera as cinco tarefas dos militantes para o futuro próximo. De modo sintético, seriam elas: defender e ampliar as conquistas, estabilizar o modelo de desenvolvimento até aqui construído, reforçar a tendência “comunitária e socialista” da experiência cotidiana, resolver as contradições intrínsecas ao processo, em três níveis: a construção da hegemonia em um processo democrático, a relação entre Estado e movimentos sociais e a conciliação do desenvolvimento com o respeito ao meio-ambiente e avançar na integração técnico-produtiva, para a além da política e ideológica.

Linera foi bastante aplaudido ao dizer que “há países que querem que a América Latina se converta em um parque nacional da Europa e dos Estados Unidos”.

Lembrou que esses querem que o povo da região viva “como há 300 anos, enquanto eles têm carros, televisão, têm refrigeradores, têm internet”.

A preocupação com os avanços também foi a tônica do vídeo de saudação do ex-presidente Lula exibido no mesmo ato de inauguração, no qual foram destacados os problemas a enfrentar tendo em vista a crise internacional, os conflitos bélicos no mundo e uma “direita raivosa e antipopular” cada vez mais presente na região. Diante desses desafios, a integração seria um imperativo. “Precisamos fazer muito mais”, ressaltou, destacando o Foro como um espaço fundamental para esse debate.

Essa preocupação com a necessidade de aprofundar as transformações em um cenário de contraofensiva da direita também se expressa na avaliação dos processos eleitorais da região, três dos quais ocorrerão ainda este ano. Além das eleições no Brasil, elegerão seus presidentes o Uruguai e a Bolívia.

No caso boliviano, tudo indica que Evo Morales será reeleito em primeiro turno por uma ampla margem. Segundo pesquisas recentes, no dia 12 de outubro o atual presidente deverá receber em torno de 52% dos votos, enquanto seu principal opositor, o empresário Samuel Doria Medina, que concorre pela *Unidad Demócrata*, alcançará apenas 15%.

Já no caso uruguaio, em que as eleições também se dão em dois turnos – 26 de outubro e 30 de novembro –, a situação é mais delicada. Segundo as últimas pesquisas, o candidato da Frente Ampla, Tabaré Vázquez, tem entre 40% e 42% das intenções de votos, contra 30% a 33% do candidato nacionalista, Luis Lacalle Pou e 11% a 15% do candidato colorado, Pedro Bordaberry.

Para o segundo turno, as simulações apontam a vitória de Tabaré, mas por uma margem apertada: 50% contra 48% de Lacalle Pou. Também está em jogo, nesta eleição, a composição das duas casas legislativas uruguaias, lembrando que os dois governos da FA contaram com maioria parlamentar, o que talvez não se repita agora.

Não há dúvida, no entanto, de que todos os olhos das forças de esquerda estão voltados para as eleições brasileiras, consideradas pelos partidos do FSP como uma disputa decisiva para o destino desse processo e para a definição da correlação de forças na região no próximo período.

Assim, os riscos para aqueles que defendem um projeto de corte democrático, popular e socialista na região são muitos. Para enfrentá-los é preciso avançar. Mas para isso é fundamental manter os espaços conquistados pela esquerda no último período, como reafirmou a Declaração Final aprovada no XX Encontro do FSP:

“Convocamos a todas e todos à batalha que constituem as próximas eleições presidenciais na Bolívia, Brasil e Uruguai no mês de outubro deste ano, respaldando e apoiando as respectivas fórmulas eleitorais de Evo Morales Ayma e Álvaro García Linera, Dilma Rousseff e Michel Temer e Tabaré Vázquez e Raúl Sendic. Nestas eleições a disputa é novamente intensa entre esquerda e direita, e os meios seguem cumprindo o papel de principais ‘partidos de oposição’. Nossa vitória é vital para a continuidade do processo de transformações econômicas, sociais e políticas na região latino-americana e caribenha”. ★

*Iole Iliada é vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo



Os riscos para aqueles que defendem um projeto de corte democrático, popular e socialista na região são muitos. Para enfrentá-los é preciso avançar. Mas para isso é fundamental manter os espaços conquistados pela esquerda no último período

ANÚNCIO

Já está em circulação a segunda edição da

REVISTA ESQUERDA PETISTA

Publicação da editora

Página 13 PT

Acertar os passos

Ananda de Carvalho*

Após as eleições das direções dos núcleos regionais e da diretoria central do CPERS, que ocorreram nos dias 10 e 11 de junho de 2014, restava ainda definir a composição do Conselho Geral do Sindicato. As eleições para a escolha dos conselheiros (1 por 1.000) e da representação dos aposentados ocorreram em 20 de agosto e em 3 de setembro, devido impugnação do pleito em uma regional.

No primeiro mês de gestão da diretoria eleita, foi consenso para o campo “cutista” a necessidade de depositar muita energia nessas eleições. Consolidar nossa vitória e criar as condições para dirigir a entidade passava também por constituir maioria no Conselho Geral.

Saímos da eleição com maioria no Conselho. Mesmo assim, o próximo período será regado de muitas disputas e forte enfrentamento.

A base da categoria encontra-se extremamente dividida e desmobilizada.

O grau de rejeição à atuação do sindicato e à forma com que a entidade estava sendo dirigida é significativo. Como exemplo de tal desgaste, a ex-presidenta do CPERS, concorrendo a uma vaga para o conselho, foi eleita em terceiro lugar no núcleo 39º de Porto Alegre. A chapa mais votada foi encabeçada por um jovem educador, que há aproximadamente dois anos passou a integrar a categoria.

Nesse sentido, faz-se necessário e urgente recuperar a credibilidade do CPERS diante da categoria e da sociedade. O CPERS, sendo um dos maiores sindicatos da América Latina, cumpre um papel importante na conjuntura política, especialmente na estadual, todavia ao assumir posturas equivocadas caminhou para o isolamento.

É central voltar às escolas; ouvir as demandas da categoria; fortalecer as instâncias de organização nos municípios e nos locais de trabalho; recuperar os canais de diálogo e negociação; reconstruir parcerias com demais movimentos sociais, sindicatos e lutas nacionais.

Nessa perspectiva, é imprescindível restabelecer laços mais fortes com a CUT. Para isso será fundamental construir dois



caminhos, um que deve partir do CPERS, ressaltando a importância da CUT para sustentar as lutas nacionais da categoria. Outro, da própria Central, que precisa ter um olhar mais atento para o CPERS e apresentar-se mais ativa. Essa tarefa é prioritária, pois apesar do campo cutista ter saído vitorioso das eleições, o debate de desfiliação do CPERS da CUT continua latente e provavelmente será colocado em pauta nas próximas assembleias.

Dividir a classe trabalhadora e os/ as educadores/ as, especialmente neste momento, é um grande equívoco. Estão em jogo o pagamento do Piso Salarial como básico na carreira, a destinação dos royalties do pré-sal, o investimento dos 10% do PIB para a educação pública, a implementação do PNE sem meritocracia e menos privatista.

O CPERS não terá chance de errar novamente, como fez ao reduzir como estadual, de forma isolada, uma luta que é nacional. Portanto, será estratégico articular reivindicações mais pontuais às pautas maiores.

Em negociação com o Governo Tarso Genro, já conquistamos avanços, como o comprometimento com o investimento dos recursos oriundos do petróleo em valorização salarial; confirmação de concurso público para funcionários de escola; empenho em finalizar o fim do estorno do vale-refeição; adesão do estado ao programa PROFUNCIÓNÁRIO do MEC, que qualifica os trabalhadores em educação para que estejam aptos a ter um Piso Nacional.

Tudo isso, levando-se em conta que a Educação Pública é a nossa bandeira maior

e o que nos articula com outros setores. O CPERS precisará recuperar a sua identidade de sindicato de educadores/ as e através disso voltar a debater profundamente o modelo de sociedade que almejamos e de educação transformadora que defendemos. Por isso, imediatamente passamos a integrar o Fórum Estadual de Educação e a participar do PEE – Plano Estadual de Educação, esfera de discussão e construção que havia sido abandonada pelo CPERS. Além disso, voltamos a contribuir e integrar os fóruns de discussão da CNTE.

Por fim, não poderá ser entendido como tarefa menor investir energias em organizar a juventude trabalhadora. Em conjunto com a CUT, se faz urgente aproximar os jovens das organizações sindicais. Será preciso convencer e conquistar grande parte de uma geração que não enxerga na ação coletiva uma ferramenta para melhorar as suas condições de vida e de trabalho. Será necessário tornar o CPERS referência para uma boa parcela da categoria que nunca se filiou ao sindicato. Visto que reconstruir essa entidade também dependerá da nossa capacidade de renovação com mobilização, articulando negociação e luta para avançar nas conquistas. ★



*Ananda de Carvalho é diretora de Juventude do CPERS/Sindicato e professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino do RS